

Bancada do PMDB-SP ameaça votar quatro anos em caso de retaliação

Da Reportagem Local

A possibilidade de o governo federal iniciar um processo de retaliação contra o governador de São Paulo, Orestes Quêrcia (PMDB), em função de sua falta de firmeza na defesa do mandato de cinco anos para o presidente Sarney, provocou ontem a primeira reação articulada da bancada peemedebista de São Paulo no Congresso constituinte. Em reunião realizada à tarde no Palácio dos Bandeirantes (sede do Executivo paulista), na zona sul da capital, 12 dos 27 integrantes da bancada cobraram do governador uma definição sobre a questão. "No momento em que houver retaliações contra São Paulo, nós ficaremos com São Paulo. E isto poderia refletir politicamente na fixação do mandato do presidente da República", afirmou o deputado Roberto Rollemberg, 58, coordenador da bancada.

Rollemberg disse, no entanto, que Quêrcia "tranquilizou a bancada", garantindo que não tem havido mudança de comportamento do presidente com relação a São Paulo. Na entrevista coletiva, logo após a reunião, Quêrcia procurou minimizar a influência dos últimos acontecimentos, principalmente a indicação do mineiro João Batista de Abreu para o lugar de Anibal Teixeira na Secretaria do Planejamento (Seplan), sobre uma possível antecipação da reunião de ontem. "A indicação pertencia ao Newton, pois o ministro anterior também era mineiro", disse Quêrcia.

Para Rollemberg —favorável até o momento a um mandato de cinco anos—, a presença ostensiva do governador mineiro Newton Cardoso na escolha de Abreu "evidenciou" a preferência de Sarney por um governador que está declaradamente com os cinco anos. "Isto nos levou, evidentemente, a raciocinar que quem não esteja definitivamente nos cinco possa ser discriminado", disse Rollemberg.

Além de Rollemberg, participaram da reunião os deputados federais Teodoro Mendes, João Hermann Neto, Hélio Rosa, Rolson Marinho, Ailton Sandoval (presidente do Diretório Regional), Tito Costa, Doretto Campanari, Francisco Amaral, Samir Achôa, Antonio Perosa e Fabio Feldmann. Segundo avaliação dos participantes da reunião, há hoje na bancada paulista apenas nove deputados favoráveis aos quatro anos, contra 18 pelos cinco.

Para Hermann Neto —defensor de quatro anos para Sarney— se até fevereiro o governador se definir pelos quatro anos a "parada" estará ganha. "Aprovada a nova Constituição, o que deve ocorrer no máximo até 15 de abril, o último bônico do país será o presidente Sarney".

Quêrcia voltou a defender na entrevista a necessidade da antecipação da votação do mandato de Sarney pelo Congresso constituinte. "Se Ulysses é contra, ele deve ter suas razões, mas por ser uma das principais decisões da Constituinte, seria melhor que fosse votada logo", afirmou.



A bancada federal do PMDB-SP reúne-se com o governador do Estado, Orestes Quêrcia, no Palácio dos Bandeirantes

Quatroanistas têm estratégia para tentar obter a vitória no plenário

MAURO LOPES

Coordenador de Política da Sucursal Brasília

Tempo e Ulysses são as duas palavras-chaves para o comando dos partidários da tese de quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, capazes de impedir que a emenda cincoanista do deputado Mateus Iensen (PMDB-PR) consiga reunir 280 votos, metade mais um dos parlamentares no plenário do Congresso constituinte. Apesar da ofensiva sarneyzista, depois que 317 assinaram a emenda Iensen, os quatroanistas estão moderadamente otimistas, e acreditam que poderá ser mantido o texto do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, que reserva a Sarney quatro anos de mandato.

Para vencer, os quatroanistas consideram fundamental deixar o tempo passar, aguando o impacto das assinaturas à emenda de Iensen. Por isso, o comando do grupo passou a defender, de forma unificada, a manutenção da ordem de votação no plenário do Congresso constituinte. Sem a inversão na pauta, a questão será uma das últimas a ser submetida aos parlamentares. Até lá, ficam assistindo de camarote o desgaste do governo Sarney e esfregam as mãos

de satisfação diante de episódios como o da demissão do ministro Anibal Teixeira, que pressionou parlamentares em favor da tese dos cinco anos e saiu do governo debaixo de uma saravada de acusações de corrupção.

A definição do deputado Ulysses Guimarães pelos quatro anos é considerada decisiva entre os defensores da tese. Como reconheceu um dos principais assessores de Ulysses, o jurista Miguel Reale Jr., o presidente do PMDB, do Congresso constituinte

e da Câmara está atualmente praticando uma de suas especialidades, o "jogo de cena". Para o jurista, Ulysses se definirá na "hora certa". Nos últimos dias, os quatroanistas tiveram um bom motivo para se animar em relação a Ulysses: o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), muito ligado ao presidente do partido e que, na Sistematização, votou pelos cinco anos, deu indícios claros que está se mudando de armas e bagagem para a defesa de eleições presidenciais este ano.

Metalúrgicos - A Associação dos Metalúrgicos Aposentados de São Bernardo e Diadema inaugurou ontem, na frente de sua sede, em São Bernardo (região sudeste da grande São Paulo) um grande cartaz, denominado "Placar dos Traidores do Povo". Nele estão relacionados os nomes de 25 deputados federais paulistas que teriam assinado emendas que "prejudicam os trabalhadores".

Concessões - O deputado federal Maurício Fruet (PMDB-PR), 48, disse ontem em Curitiba que divulgará até o final da próxima semana uma lista de todos os constituintes beneficiados com concessões de rádio e televisão no país. Segundo Fruet, também farão parte da lista parlamentares que enviaram pedidos de concessão ao presidente Sarney e ainda não obtiveram uma resposta, que deve sair somente depois da votação do mandato presidencial pelo Congresso constituinte.

Collor - Após passar um mês fora do país —e três dias no Rio e em Brasília—, o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello (PMDB), 38, retornou ontem ao seu Estado. "Quando eu saí o país estava numa situação difícil; um mês depois, a situação está pior." Collor voltou a reclamar da "retaliação vergonhosa que Alagoas vem sofrendo": "Brasília só manda recursos se aceitarmos o mandato de cinco anos ou então se aplaudirmos o presidente."